



Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

ACTA NÚMERO 10/XI

Aos 9 dias do mês de Fevereiro de 2010, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audiência com a Associação dos Comerciantes de Pescado (ACOPE);
2. Discussão e votação do Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 9/XI – “Orçamento de Estado para 2010 (Relator Deputado Miguel Freitas);
3. Audiência com a Associação de Produtores de Milho e Soja (ANPROMIS);
4. Apresentação sobre o acompanhamento dos Assuntos Europeus na AR, após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa;
5. Discussão e aprovação das actas;
6. Expediente;
7. Redacção final do texto da Comissão que “Recomenda ao Governo medidas de apoio extraordinário em resultado da forte intempérie ocorrida na região do Oeste e recomenda a extensão das referidas medidas aos concelhos da região do Algarve também atingidos pelas intempéries”, resultante dos Projectos de Resolução n.ºs 49/XI (PSD) e 51/XI (BE).
8. Apreciação do programa da Visita de Trabalho ao Sector do Leite;
9. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Pedro Soares, deu as boas vindas à Delegação da ACOPE, composta pelos senhores Luís Silvério (Presidente), Dr. Carlos Henriques e Dr.ª Marta Gonçalves., informou a metodologia a seguir, dando de imediato a palavra à delegação da ACOPE.

A delegação da ACOPE conduziu a sua intervenção com base num documento entregue aos senhores Deputados, relevando as seguintes questões:

- Lei n.º75/2009, de 12 de Agosto que “Estabelece as normas com vista á redução do teor de sal no pão bem como informação na rotulagem de alimentos embalados para consumo humano”. Esta lei entra em vigor em Agosto, levantando algumas questões referentes ao teor de sal do peixe, não sendo se o teor de sal a indicar se refere apenas ao sal adicionado;
- Taxa de IVA no camarão e na gamba e seus preparados (20%) e a necessidade da redução da mesma;



- Prazo de pagamento das transacções tendo por objecto produtos alimentares (a Associação relativamente aos produtos perecíveis propõe o prazo de pagamento máximo supletivo de 30 dias),
- Taxas da Docapesca relativas aos serviços de 1.ª venda de pescado (Portaria n.º 251/2008, de 4 de Abril. Com este diploma aumentou em mais de 60% as taxas de prestação de serviços de primeira venda suportadas pela generalidade dos compradores em Lota;
- Exigência de mais fiscalização na descarga dos barcos de pesca na nossa costa;
- Taxa de controlo oficial cobrada pela D: G: Veterinária a todos os operadores detentores de n.º de aprovação de estabelecimento (Portaria n.º 1073/2008, de 22 de Setembro). Esta taxa varia entre 50 e 350 euros;
- Importações e exportações de produtores da pesca, novas regras para as importações e exportações, Regulamentos CE n.ºs. 1005/2008 e 1010/2009, formalmente em vigor desde Janeiro de 2010. Qualquer que seja o estado de conservação os produtos da pesca só podem ser importados para um país comunitário ou na exportação para países terceiros, quando acompanhado de um certificado de captura, o qual constitui um anexo à declaração alfandegária e que muitas vezes significa ter de reunir uma quantidade infindável de documentos de difícil conferência e que apenas encarece o produto.

Para solicitar esclarecimentos usaram da palavra os senhores Deputados Jorge Fão, Abel Baptista, Paulo Baptista Santos e Agostinho Lopes. Por fim os representantes da ACOPE responderam aos senhores Deputados.

No ponto 2 da OD procedeu-se à discussão e votação do Parecer sobre a Proposta de lei n.º 9/XI – Orçamento de Estado para 2010.

O relator, o senhor Deputado Miguel Freitas procedeu à apresentação do Parecer.

Os senhores Deputados Paulo Baptista Santos, Abel Baptista, Agostinho Lopes e Luís Capoulas relevaram o trabalho do senhor Deputado Relator, tendo apresentado algumas propostas de alteração que foram aceites.

Foram ainda feitas observações a este modelo de parecer sobre o OE, afirmando-se que carece de reflexão futura, por parte do parlamento.

O Parecer foi aprovado por unanimidade.



No ponto 3 da OD procedeu-se à audiência com a ANPROMIS, cuja delegação era liderada pelo seu presidente, Engenheiro Luís Vasconcellos e Souza.

A delegação da ANPROMIS relevou o facto de terem sido das últimas entidades a serem recebidas pela Subcomissão e serem agora das primeiras as serem recebidas pela Comissão.

Esta associação fez uma apresentação dos principais problemas que afectam este sector e procedeu à entrega de documentação onde se refere ser o milho a cultura arvense com maior expressão em Portugal, ocupando uma área aproximadamente de 170.000 hectares, estando presente em mais de 80.000 explorações agrícolas.

Refere-se as inúmeras utilizações que podem ser dadas ao milho, nomeadamente, silagem, alimentos compostos para animais, alimentação humana, produção de energias renováveis e materiais biodegradáveis fazem que esta cultura seja única na grande diversidade de aproveitamento. Foi também abordada a questão do regadio e do acesso à água.

Por último, a delegação da ANPROMIS procedeu à apresentação do programa do VII Congresso Nacional do Milho, que terá lugar nos próximos dias 10 e 11 de Fevereiro, em Lisboa, tendo convidado os senhores Deputados a estarem presentes.

Usaram da palavra os senhores Deputados Agostinho Lopes, Carla Barros, Abel Baptista, Miguel Freitas, Altino Bessa, Luís Capoulas e Pedro Lynce.

A reunião foi gravada.

Cerca das 17h, na sala 3 teve lugar a segunda parte da reunião, que recomeçou os trabalhos com uma apresentação sobre o acompanhamento dos Assuntos Europeus na AR, após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, feita pelos técnicos da Comissão de Assuntos Europeus. Esta apresentação foi posteriormente enviada aos senhores Deputados.

No ponto 5 da OD foi apreciada a acta n.º 8, tendo sido aprovada.

De seguida procedeu-se a apreciação do expediente. Foram calendarizadas as audiências solicitadas.

No ponto 7 da OD foi confirmada a redacção final do texto da Comissão que “Recomenda ao Governo medidas de apoio extraordinário em resultado da forte intempérie ocorrida na região do Oeste e recomenda a extensão das referidas medidas



aos concelhos da região do Algarve também atingidos pelas intempéries” resultante dos Projectos de Resolução nºs 49/XI (PSD) e 51/XI (BE).

Por último, foi discutido e aprovado o programa da visita de trabalho ao sector do leite a realizar nos próximos dias 28 de Fevereiro e 1 de Março.

O Senhor Presidente, Deputado Pedro Soares deu a reunião por encerrada às 19h e 20m, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista

Afonso Candal

Agostinho Lopes

Altino Bessa

António Cabeleira

Carla Barros

Fernando Marques

Horácio Antunes

Isabel Coutinho

João Paulo Pedrosa

Jorge Fão

Jorge Seguro Sanches

Lúcio Ferreira

Luís Capoulas

Maria de Lurdes Ruivo

Miguel Freitas

Paulo Barradas



Paulo Batista Santos

Pedro Lynce

Pedro Soares

Teresa Santos

Ulisses Pereira

José de Bianchi

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira

Palácio de São Bento, 9 de Fevereiro 2010.

O Presidente

(Pedro Soares)